

Sarney descarta plebiscito para sistema de governo

Janio de Freitas

Eles e o regime

No de desconfiança do Congresso no regime parlamentarista queda de um ou de todos os atos, tem sido apresentado o fator básico da resistência ao parlamentarismo por parte do atual chefe do Exército. Como última vez, o general Leonidas Pires Alves admitiria o parlamentarista para o sucessor de Sarney e, assim, adaptado aos limites da ação militar, que nunca se sabe seja. O grau de convicção lenicista do general é impróprio e, portanto, inconsiderável. À margem de conceituações, há objetivos pelos quais examinar a situação antiparlamentarista de militares.

É mais abrangido que seja o presidencialismo, pelo poder conferido ao Congresso e às cortes mais de Justiça, a concentração de poderes em mãos de um só homem não sendo gigantesca, muito a da escala humana. Presidencialismo assim abrangido é o dos Estados Unidos, de onde há meses oferecem a exibição, através do "ngate", do que pode ocorrer à tem da Constituição, das decisões do Congresso e da Justiça no presidencialismo comediado descoberta ocasional do "Iran" e, de resto, significativa de que em outros casos do gênero não ter ocorrido, ou estar ocorrendo, sem que os mecanismos fiscais os detectassem. E nos EUA meios de comunicação competem a agentes, também e talvez estudo, de fiscalização.

mesmo no presidencialismo ndado e fiscalizado uma figura entra tanto poder, não há de ser a falta de instrumentos eficazes fiscalização que se conseguia, no il, presidencialismo menos im-

perial do que o vigente. E vigente desde a Proclamação da República. Com o poder concentrado, viabiliza-se a tutela ou, quando menos, o condicionamento do presidente e, através dele, do governo e seus instrumentos de ação.

No regime parlamentarista a base do poder de governo é transferida para o Congresso, que constitui e destitui o governo, sendo o presidente apenas o chefe de Estado. A pressão tutelar sobre o primeiro-ministro, ou chefe de governo, dificilmente pode ser resultante: se o primeiro-ministro cede a ela em contraposição à vontade majoritária do Congresso, é destituído e novo governo será formado.

Caso o regime brasileiro já fosse parlamentarista, pronunciamentos como o mais recente do general Pires Gonçalves, transbordando de suas funções profissionais e governamentais, só aconteceriam se o ministro se dispusesse ao risco do voto de desconfiança que o demitiria e até, talvez, a todo o gabinete. Ou se estivesse possuindo, mesmo, do intuito de subverter o regime pelo uso da força armada contra o direito do Congresso ao voto de desconfiança.

Em miúdos, o que a proposta de regime parlamentarista põe em jogo é a prática da tutela ou, para ficar no mínimo, do condicionamento militar do presidente e do aparelho de governo. Eis por que, sejam quais forem os motivos alegados, o parlamentarismo encontra resistências sólidas na área militar. Quer dizer, na faixa dos militares em condições de exercer tutela ou condicionamento.

Onde não há tutela ou condicionamento, corre-se o risco de entrar, veja só, na trilha da democracia.

Para Newton, a consulta popular seria 'muito cara'

Dos Sucursais

governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), 49, afirmou, em Belo Horizonte, ser contra a proposta de realização de um plebiscito para

(PMDB), 42, disse em Curitiba ser favorável a um plebiscito não apenas para a aprovação do sistema de governo, mas também "para as questões mais polêmicas da Constituinte, como forma de avaliar o que pensa o eleitorado a respeito delas".

Para o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), 70, "a história tem mostrado que o povo sempre acerta quando democraticamente consultado". Ele disse ontem, em Recife (PE), que "por uma questão de princípios", é "favorável a qualquer consulta à população".

Já o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), 57, disse ontem, em Esteio (22 km ao norte de Porto Alegre-RS), que quer "ouvir uma explicação" dos seus colegas Moreira Franco (RJ), Orestes Quercia (SP) e Pedro Ivo (SC) sobre a proposta de realização de um plebiscito.

Covas e Camargo confirmam que vão ao comício de AL

Dos Sucursais

Os senadores Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, e Afonso Camargo (PMDB-PR) confirmaram suas presenças no comício pela antecipação das eleições presidenciais para 1988 que será realizado, no sábado, em Maceió (AL). Os dois foram convidados pessoalmente, por telefone, pelo governador do Estado, Fernando Collor de Mello (PMDB), que ontem passou o dia procurando adesões para o comício. Os deputados Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) e Fernando Lyra (PMDB-PE), o ex-governador do Rio e presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, e a cantora Elba Ramalho também deverão estar presentes.

O presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, foi convidado "por uma questão de formalidade", disse o líder do governo na Assembleia Legislativa alagoana, deputado Cleto Falcão (PMDB). Também estava confirmada a presença do presidente do PC do B, João Amazonas. Ontem à noite, os organizadores realizaram uma reunião, na sede da OAB de Alagoas, para definir detalhes do comício, entre eles o local do evento: acontecerá na praça dos Martírios, diante da sede do governo.

Brizola em Recife
Leonel Brizola confirmou também sua presença no comício a ser realizado, na sexta-feira, em Recife (PE). A confirmação foi feita ao deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), um dos organizadores do comício.

O prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB), defensor das eleições presidenciais em 88, ainda não confirmou sua presença no comício. A Executiva Regional do PMDB, presidida pelo ex-superintendente da Sudene Dorany Sampaio, decidiu não apoiar oficialmente a realização do ato em Recife, deixando a critério de seus filiados a participação ou não na manifestação.

Já o Comitê "Pró-Diretas 88" de Minas espera contar com a presença de pelo menos trinta mil pessoas em outro comício, este programado para as 16h30 de amanhã, na praça da Rodoviária (região central de Belo Horizonte-MG). Segundo os organizadores, Lula e Brizola teriam presença garantida.

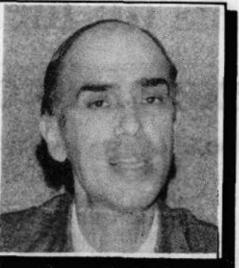
OS HOMENS DO PRESIDENTE NO CONGRESSO CONSTITUINTE



Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, líder do governo e articulista do grupo "Centro Democrático", que reúne os conservadores do PMDB. Encarrega-se da defesa pública das posições do Planalto. Começou na Arena, passou depois para o PP e PMDB. Foi ministro da Saúde do governo Sarney, por indicação de Tancredo Neves.



Prisco Viana (PMDB-BA), 53. Atua quase sempre nos bastidores, e prefere falar aos jornalistas em "off" (com a condição de que seu nome não seja citado). Deputado federal pela Arena desde 1970, foi um dos coordenadores da campanha de Paulo Maluf à Presidência, aderindo ao PMDB após a eleição de Tancredo Neves.



Marco Maciel (PFL-PE), 47. Deixou o cargo de ministro-chefe do Gabinete Civil para assumir a presidência do PFL, passando a coordenar a atuação do partido no Congresso constituinte. Na defesa do presidencialismo, procura aliar-se inclusive ao PDT e ao PT, contrários ao parlamentarismo.



Expedito Machado (PMDB-CE), 69. É, com Carlos Sant'Anna, um dos principais líderes do grupo "Centro Democrático". Empresário, foi ministro da Viação e Obras Públicas no governo João Goulart (1963-64), cassado em 1964. Voltou à Câmara depois de 22 anos.



José Lourenço (PFL-BA), 54, líder do PFL na Câmara. Nasceu em Moçambique e é brasileiro naturalizado. Notabilizou-se pelo discurso anticomunista. Cabe a José Lourenço fazer as declarações mais contundentes contra as posições de esquerda no Congresso constituinte.

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney não concorda com a convocação de um plebiscito destinado exclusivamente a definir o sistema de governo, conforme proposta que os governadores Moreira Franco (RJ), Orestes Quercia (SP) e Pedro Ivo (SC) pretendem submeter, na próxima sexta-feira, em Florianópolis (SC), aos sete outros governadores das regiões Sul e Sudoeste, com os quais estarão reunidos.

O porta-voz do Palácio do Planalto, jornalista Frota Neto, qualificou a ideia do plebiscito de "interessante", mas disse que ela seria apenas aceitável se abrangesse todos os dispositivos da futura Constituição. "Se há intenção de se submeter parte da Carta às urnas populares, que o todo, então, o acompanhe", declarou o porta-voz.

Polêmica

A polêmica gerada pela proposta parlamentarista do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-



AM), de centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), não é o único objeto de preocupação do Planalto. Frota Neto disse que, em todos os contatos mantidos com políticos nas últimas 24 horas, o presidente tem insistido também em três outros pontos: 1) sistema tributário; 2) anistia aos militares e 3) papel das Forças Armadas. "O atual substitutivo não dá embasamento para a elaboração de uma Constituição nova", reitera Sarney em suas audiências.

Segundo Frota Neto, para convencer os constituintes a seguirem a orientação do Planalto, os senadores José Richa (PMDB-PR) e Marco Maciel (PFL-PE) e os deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Viana (ambos PMDB-BA) foram encarregados do sistema de governo. José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) falarão da necessidade de se moderar as mudanças do sistema tributário, cabendo ao senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e ao deputado José Lourenço (PFL-BA) amenizar a anistia aos militares. Por fim, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) e o senador Virgílio Távora cuidarão do papel das Forças Armadas.

Maciel e Sant'Anna querem prorrogar prazo para emendas

Dois constituintes inequivocamente próximos do Planalto — o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel (PE), e o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) — pediram ontem, sem terem ainda obtido resposta, que o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, prorrogue o prazo que expira hoje à noite para a apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

O pedido de Maciel e Sant'Anna foi um dos dois sintomas da disposição do presidente Sarney em romper satisfatoriamente com o impasse criado em torno da discussão sobre o sistema de governo. Sarney, reiterou ontem o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), centro, "não abre mão em permanecer chefe de Estado", o que desde logo limita os termos das negociações com o bloco parlamentarista. Mesmo assim, e este é o segundo sintoma, o líder desse bloco, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), foi ontem recebido das 10h às 12h, no Planalto, discutindo uma hora e meia com o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e os trinta minutos restantes com o próprio presidente.

"Cada um apresentará suas emendas, e depois negociamos", disse Costa Couto, com a concordância de Sarney.

E, de fato, os dois arsenais encontram-se praticamente concluídos. A Folha apurou que o deputado Prisco Viana recebeu do Planalto um "pacote" de emendas presidencialistas, elaboradas pelo consultor-geral da República, Saulo

Ramos, imediatamente distribuídas entre deputados do PMDB e do PFL para serem protocoladas. Por sua vez, os parlamentaristas concluíram seu próprio "pacote", que será apresentado pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), centro.

O texto retoma basicamente as sugestões do senador José Fogaça (PMDB-RS), que faculta ao Congresso a votação do programa do primeiro-ministro e de seu governo, e prevê a dissolução do Legislativo apenas se, depois de vetarem dois primeiros-ministros submetidos pelo Planalto, deputados e senadores não encontrarem um terceiro nome consensual para substituí-lo.

Há, porém, uma solução intermediária entre as propostas de Saulo Ramos e de Nelson Carneiro, e que começou a amadurecer, antevendo à noite, em reunião de lideranças peemedebistas, na casa do deputado Ulysses Guimarães. Os participantes concordaram que seria preciso preservar os poderes do presidente da República para impor políticas e efetuar reformas, sem, no entanto, descaracterizar o desejo dos constituintes de aprovarem a escolha de um primeiro-ministro, e poderem censurar todo o governo (inclusive os ocupantes das pastas militares).

Ora, a receita já foi elaborada pelo braço-direito de Ulysses, o jurista Miguel Reale Jr., que, indagado sobre o assunto, não negou que seu texto esteja passando por uma recauchutagem para eventualmente servir de termo de negociações.

(JBN)

Pedido revela dificuldade para obter consenso

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, responderá hoje, às 12h, ao senador Marco Maciel (PE), presidente do PFL, se concorda com o pedido de adiamento do prazo para apresentação de emendas à Comissão de Sistematização. É o segundo pedido de adiamento que Maciel apresenta a Ulysses nas últimas 48 horas, o que reflete a impossibilidade, até agora, de um acordo entre defensores do parlamentarismo e adeptos do presidencialismo.

Desta vez, entretanto, Maciel saiu mais otimista do encontro com Ulysses, por ter encontrado o presidente da Constituinte mais receptivo à ideia do adiamento. O argumento central do senador pefelista é o de que, na falta de um acordo prévio sobre os itens mais polêmicos da futura Constituição, a votação, tanto na Comissão de Sistematização como no plenário, tende a se arrastar indefinidamente.

Para se ter uma ideia de quanto pode ir longe a votação, basta citar o fato de que só o deputado Luiz Freire (PMDB-PE), de centro, contou a Maciel já ter assinado mais de trinta pedidos de destaque (votação em separado de itens de uma determinada proposta). A votação de cada destaque, como é óbvio, emperra o processo todo.

Embora o pedido de Maciel pelo adiamento leve em conta o conjunto dos itens polêmicos, a grande negoci-

ação, ontem e anteontem, em Brasília, girou em torno do sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), sem que se chegasse sequer perto de um entendimento.

De concreto, há duas propostas prontas:

1 — A do chamado "grupo parlamentarista", a ser apresentada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), centro, que é muito próxima do modelo sugerido pelo substitutivo de Bernardo Cabral. Muda apenas dois pontos essenciais: o presidente da República poderá apresentar dois (e não apenas um) nomes à Câmara, como primeiro-ministro, para só depois de rejeitados ambos transferir-se para o Parlamento a tarefa de indicar, ele próprio, o primeiro-ministro. A segunda alteração abre a perspectiva de dissolução da Câmara, pelo presidente, ouvido o Conselho da República, em casos de "excepcionalidade". Do grupo fazem parte, entre outros, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), que representa o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, o senador Fernando Henrique Cardoso e os pedesistas Antônio Carlos Konder Reis (SC) e Victor Faccioni (RS);

2 — A proposta do governo segue, aproximadamente, o modelo peruano, no qual o primeiro-ministro é apenas um auxiliar do presidente da República, embora sujeito, como os demais ministros, ao voto de desconfiança da Câmara dos Deputados. Não prevê a dissolução da Câmara.

Aproximação

Daqui para a frente, a negociação

entre o Palácio do Planalto (presidencialista) e os parlamentaristas passará pela tentativa, aparentemente inviável, de aproximar essas duas propostas já colocadas no jogo. Ontem, o presidente José Sarney conversou durante meia hora com o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), centro-esquerda, do "grupo parlamentarista", mas não tentou convencê-lo a aderir ao presidencialismo e nem "disse que estava intransigentemente ao lado do presidencialismo", como o deputado contou depois à Folha.

Antes de reunir-se com Sarney, Egídio ficou uma hora e meia com o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, de quem ouviu as conhecidas objeções ao parlamentarismo (não há, no Brasil, nem burocracia estável e nem partidos fortes, pré-requisitos para o parlamentarismo). Egídio disse que a burocracia estável se criaria pela obrigatoriedade de concursos públicos para o preenchimento de cargos de confiança e os partidos fortes viriam como consequência inevitável da implantação do parlamentarismo. Resumo da conversa: ficou claro que, se não houver pelo menos uma aproximação entre os dois extremos, cada lado apresentará as suas propostas como destaques e o plenário decidirá.

Da dificuldade para se encontrar um meio-termo, diz bem o resultado da reunião de anteontem à noite, na casa de Ulysses, presentes Bernardo Cabral, os líderes Luiz Henrique (SC) e Fernando Henrique Cardoso, o

senador José Richa (PR), o jurista Miguel Reale Jr. e mais quatro parlamentares. Quando alguém defendia o parlamentarismo puro, levantava-se a objeção de que ele é incompatível com a eleição direta do presidente (prevista no substitutivo do relator Cabral) e que ninguém se dispõe a eliminá-lo. E, quando alguém ficava a favor do presidencialismo puro, os parlamentaristas não aceitavam.

Resumo: buscou-se a verdadeira quadratura do círculo, ou seja, um presidente forte, com um Parlamento também forte, sem que haja perspectivas de conflito entre um e outro.

"Vai ser difícil achar uma fórmula que galvanize uma ampla maioria", afirmou, no final da tarde, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (mais uma vez excluído da reunião na casa de Ulysses, embora a ela tivessem comparecido os dois outros líderes do partido no Parlamento).

Sistema híbrido

Covas parece ter razão, a julgar pelas diferentes avaliações que fazem a respeito da postura de um único constituinte (Ulysses Guimarães) dois de seus íntimos: "Ulysses tem horror, sobretudo, ao sistema híbrido", diz o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. "O dr. Ulysses continua com a convicção de que um semipresidencialismo é a solução", garante, por sua vez, Miguel Reale Jr., assessor-técnico do presidente da Constituinte.

Grupos obtêm acordo sobre 10 pontos polêmicos

Da Sucursal de Brasília

Os dois principais grupos suprapartidários do Congresso constituinte fecharam ontem um acordo sobre dez pontos polêmicos da nova Constituição. O grupo dos "moderados" e o "do consenso" apresentaram emendas conjuntas sobre "Anistia", "Sistema Tributário", "Educação", "Comunicação" e "Saúde". Depois de seguidas reuniões, os grupos decidiram dar "apoio integral" às soluções apresentadas pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) para a "Questão Urbana", "Ordem Econômica", "Sistema Financeiro", "Reserva de Mercado" e "Meio Ambiente".

Até o final da tarde de ontem, os

grupos não haviam chegado a uma posição consensual sobre "Reforma Agrária" e "Tribunal Constitucional". "Acho que não há acordo", disse o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), coordenador do grupo "do consenso", integrado majoritariamente por peemedebistas. A indefinição foi confirmada pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE), integrante dos dois grupos e autor de duas propostas diferentes para solução da "Reforma Agrária".

Além de uma proposta conjunta de Távora e Scalco, o senador formulou uma alternativa com o deputado Konder Reis (PDS-SC). Outras quatro propostas estavam sendo analisadas, mas o consenso foi descartado pelos coordenadores dos grupos. Co-

mo o prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo de Cabral encerra-se às 24h de hoje, a discussão sobre reforma agrária deverá ser decidida pelo plenário da Comissão de Sistematização.

Três temas foram excluídos do processo de negociação: "Sistema de Governo", "Mandato" e "Sistema Eleitoral". Considerados "inconciliáveis", os coordenadores dos grupos consideraram improdutivas negociações sobre estes pontos.

Anistia

Os dois grupos vão reapresentar a emenda do senador José Agripino Maia (PFL-RN) que estende a anistia dos cabos, sargentos e soldados cassados após o Movimento de 1964.

Pela proposta de Agripino Maia, a anistia incluiria o pagamento dos soldos atrasados aos cassados por atos administrativos com vinculações políticas. Embora tenham discutido o papel constitucional reservado às Forças Armadas, os grupos não chegaram a um consenso.

Dentre as modificações nos quatro pontos polêmicos apresentadas pelos grupos, a mais ampla é a referente à "Comunicação". Eles defendem a fixação da censura classificatória, que constava do anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Os grupos querem uma explicitação mais clara da composição do Conselho Nacional de Comunicação, que se pronunciará sobre as concessões de rádio e TV feitas pelo presidente.